

Arinos quer direito de veto popular na Constituição

Brasília — O jurista Afonso Arinos quer incluir na nova Constituição o direito ao veto popular, através de referendo, às leis aprovadas pelo Congresso. Ele se encontrou com o Ministro da Justiça, ontem, e volta a se reunir com ele, hoje, no Rio, para selecionar os nomes que integrarão a comissão que elaborará o anteprojeto da nova Carta. Os nomes serão escolhidos entre os listados pelo Presidente Tancredo Neves e pelo próprio Afonso Arinos.

No terceiro encontro desta semana, Fernando Lyra e Afonso Arinos decidiram que a comissão constitucional terá dois vice-presidentes, "para ganhar maior flexibilidade". O jurista, já escolhido para presidir a comissão, acha que o esboço do anteprojeto não ficará pronto no próximo dia 15 de novembro, conforme previsto. O Ministro, porém, acredita que as linhas básicas estarão definidas até lá.

O direito do veto popular às leis aprovadas pelo Congresso é, segundo Afonso Arinos, uma forma de instituir, no Brasil, a democracia direta e permitir a participação do povo, independente de seus representantes políticos. O jurista citou como exemplo o caso do banco Sulbrasileiro:

— O povo poderia se manifestar a respeito da emenda aprovada pelo Congresso, estatizando o Sulbrasileiro. E eu acho que se manifestaria contra a aprovação da emenda.

A instalação da comissão continua sendo adiada por vontade do Presidente Tancredo Neves, ela já deveria estar funcionando desde março, mas o Presidente Sarney preferiu adiar sua criação até a convocação da Constituinte, anunciada para meados deste mês. Afonso Arinos não acredita, porém, que a comissão seja instalada antes de 30 dias e o Ministro Fernando Lyra não garante mais qualquer previsão, informando, contudo, que a comissão estará preparada para funcionar quando for convocado pelo Presidente.

Segundo Fernando Lyra, na "troca de idéias" de hoje serão escolhidos alguns dos 33 nomes que integram a lista aprovada por Tancredo Neves e outros da lista — ainda desconhecida — apresentada ao Presidente por Afonso Arinos.

O jurista, como o Ministro, admite que a comissão tenha um total de 50 integrantes, o que não considera muito. Ele explicou que haverá várias subcomissões que, de acordo com Lyra, serão definidas "por assuntos e regiões".

Afonso Arinos disse que vai receber do Deputado Ulysses Guimarães uma pesquisa comparativa feita pelo Serpro — Serviço de Processamento de Dados — sobre todas as constituições brasileiras, e defendeu-se das críticas do ex-secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, que o considera "elitista", dizendo: "Há 60 anos que escuto de Prestes as mesmas críticas e os mesmos elogios".

Subemenda tratará dos senadores de 82

Brasília — A mensagem de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que o Presidente José Sarney enviará até a próxima semana ao Congresso, terá que receber uma subemenda no Legislativo para prever a situação dos 23 senadores eleitos em 1982 e que desejam integrá-la. A informação é do líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, que reuniu sua bancada, durante uma hora e meia, para discutir a questão.

Apesar da exaustiva discussão, a bancada não chegou a uma solução e decidiu incumbir Itamar Franco (PMDB-MG) de liderar um grupo formado pelos nove senadores pemedebistas, com mandatos até 1990 para estudar o assunto. São eles: Álvaro Dias (PR), José Inácio (ES), Severo Gomes (SP), Mário Maia (AC), Fábio Lucena (AM), Hélio Gueiros (PA), Mauro Borges (GO) e Marcelo Miranda (MS), além do próprio Itamar.

Três idéias foram discutidas na reunião. A proposta do plebiscito, defendida pelos líderes Humberto Lucena e Pimenta da Veiga, este da Câmara, foi prontamente afastada. Itamar argumentou que, por esse plebiscito, o eleitorado do país pode não lhe conceder poderes constituintes, quando, pelos votos de Minas, seu Estado, ele os teria.

— O eleitorado do Estado conhece bem um parlamentar e sabe se ele merece ser constituinte. Mas o resto do país pode não saber disso — afirmou.

A idéia de se fazer um plebiscito, colocando na cédula eleitoral uma pergunta sobre a extensão do poder constituinte a todos os senadores com mandatos até 1990, também foi rejeitada. Os parlamentares temem que o eleitorado diga "não", a fim de negar poderes constituintes a senadores malufistas, como Carlos Alberto (PDS-RN), Luis Viana Filho (PDS-BA) e Roberto Campos (PDS-MT).

A terceira idéia, apresentada pelo Senador José Inácio foi a de deixar com cada um dos 23 senadores a decisão de disputar ou não as eleições de 1986. Caso o parlamentar saia vitorioso, seu atual suplente assume o mandato de quatro anos, apenas com poderes de legislador ordinário. A maior restrição a essa idéia está no problema dos candidatos natos — os senadores cujos mandatos se encerram no próximo ano.

Na próxima quarta-feira, o Senador Itamar Franco reúne seu grupo e começa a buscar contatos com os senadores das outras bancadas com mandatos até 1990. São eles: Claudionor Roriz (PFL-RO), João Castelo (PDS-MA), Albano Franco (PDS-SE), Carlos Alberto (PDS-RN), Carlos Chiarelli (PFL-RS), Guilherme Palmeira (PFL-AL), João Lobo (PFL-PI), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Nivaldo Machado (PFL-PE), Marcondes Gadelha (PFL-PB), Roberto Campos (PDS-MT), Roberto Saturnino (PDT-RJ), Virgílio Távora (PDS-CE) e Benedito Canelas (PFL-MT).



Arinos (E) e Lyra discutem a formação da comissão que fará o esboço da nova Carta.

PFL forma grupo para ajudar Constituinte

O PFL vai formar um grupo para ajudar a comissão do professor Afonso Arinos encarregada de fazer um esboço da Constituição a ser debatida na Constituinte, informou o presidente do Partido, Senador Jorge Bornhausen, em entrevista coletiva no Rio.

Bornhausen vê com preocupação o movimento de empresários para influir financeiramente na eleição dos parlamentares constituintes, no próximo ano. Entende que todos os segmentos sociais devem ser representados, mas a ajuda fora das normas estabelecidas pelos partidos pode "corromper o processo eleitoral".

O presidente do PFL espera que os partidos se estruturarem o suficiente para que haja uma fiscalização mútua, além da que é realizada normalmente pela Justiça eleitoral. Lembrou que a nova Lei Orgânica dos Partidos deve criar mecanismos de captação de recursos para resolver o problema de caixa partidário, restrito ao que é recolhido para o fundo partidário — uma quantia "irrisória", resultante de multas de eleitores faltosos.

— Fora da área partidária, o uso de recursos é perigoso, pode gerar abusos — advertiu Jorge Bornhausen.

Hoje, às 16h, na sede do partido, um andar inteiro do prédio nº 100 da Avenida Rio Branco, o presidente de honra, Ministro Aureliano Chaves, mais o Senador Bornhausen farão um balanço da conjuntura nacional, em reunião com a comissão diretora provisória regional. Pelo menos três temas estão previstos: eleição municipal em um turno, reforma agrária e nomeações para cargos federais no Rio.

Jorge Bornhausen adiantou que o partido é favorável ao turno único para a eleição de 15 de novembro e defende a reforma agrária nos termos em que foi proposta pelo Governo federal, com base no Estatuto da Terra.

ANC 88
Pasta Jun/85
068/1985